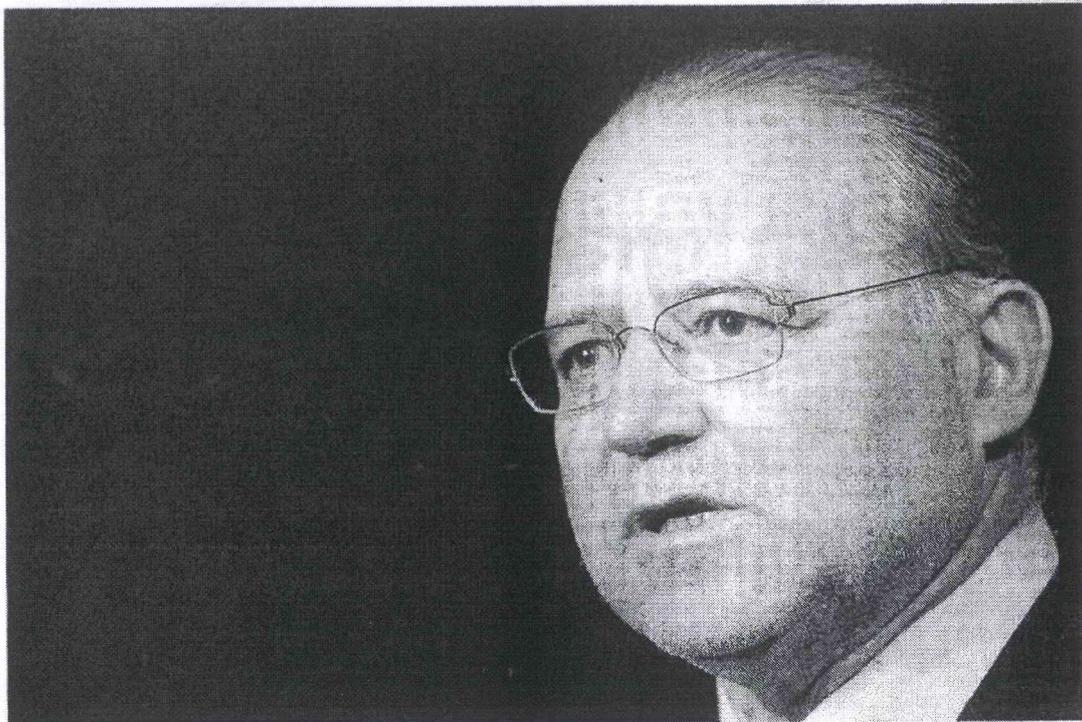




ANDRÉ KOSTERS / LUSA



Alberto Costa fez questão de afirmar, após sugestões do Observatório da Justiça, que PSD e CDS-PP participaram na actual reforma

REFORMA PENAL

Ministro disponível para 'corrigir' Justiça

NUNO MIGUEL RÓPIO
sociedade@jn.pt

O ministro da Justiça mostrou-se, ontem, disponível para aceitar as recomendações do Observatório Permanente da Justiça, de alterações na reforma penal, desde que estas sejam objectivas. Para Alberto Costa as propostas feitas são "abstractas".

Quando passam dois anos sobre a aplicação da Lei sobre Política Criminal – que estabeleceu os novos Códigos Penal e de Processo Penal –, o ministro da Justiça, Alberto Costa, garantiu ontem que pretende seguir as propostas de correcção de "inconsistências" na reforma penal, sugeridas pelo Observatório Permanente da Justiça (OPJ) num relatório que será apresentado no final deste mês e onde é

apontada a existência de uma Justiça "lenta e cara".

Apesar de conhecer as recomendações de intervenção em áreas como o segredo de Justiça e prisão preventiva, Alberto Costa admitiu que o atraso de tais correcções se deve ao facto de as ter considerado "abstractas", aguardando que o OPJ possa corrigir esse cenário e sugerir uma concretização objectiva.

Juizes e magistrados críticos

"Queremos realmente tirar partido das recomendações e fazer os aperfeiçoamentos que se justifiquem. Sempre dissemos que a reforma penal, a revisão dos Códigos, se destinava a vigorar durante um período de dois anos. A ser acompanhada, a ser monitorizada e as deficiências ou o que

tivesse de ser beneficiado, queríamos introduzir e propor à Assembleia da República", salientou o governante, em Oeiras, no final da cerimónia de abertura do curso de formação de novos guardas prisionais.

"A formulação delas [das recomendações do OPJ] é abstracta e carece de especificação e foi por isso que solicitámos ao Observatório que nos fizesse essa concretização das recomendações sugeridas", disse Alberto Costa, não deixando de realçar – quando confrontado com o balanço negativo de juizes e magistrados do Ministério Público aos dois anos da reforma penal – que as bancadas do PSD e do CDS-PP na Assembleia da República também votaram favoravelmente os Códigos em vigor. ■